

Dilma faz 33% das creches prometidas

(O Estado de S. Paulo, 12/12/2015) *Apenas 2,9 mil de 8,7 mil unidades previstas saíram do papel; Programa Proinfância, porém, repassou 78% dos recursos para prefeituras*

RIO - Promessa do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2007 e de sua sucessora, Dilma Rousseff, três anos depois, o Proinfância fracassou na meta de ter, em 2014, 6 mil creches em funcionamento no País. Das 8.787 unidades planejadas no total, só 2.940 saíram do papel - cerca de 33%. Os dados foram fornecidos pelo Ministério da Educação (MEC) ao Estado.

Em 2010, a candidata Dilma anunciara que o repasse de verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para prefeituras atingiria a meta até o ano passado. Não foi o que aconteceu. Segundo balanço até 11 de novembro, das 5.847 creches que não vingaram, 3.167 estão em "ação preparatória", 2.093, em obras, 487 paralisadas e cem foram canceladas.

O Estado em pior situação é o Amapá: de 34 creches, só duas foram construídas. Atrás, vem o Rio, com 21 das 278 unidades previstas. São Paulo aparece em 23.º lugar, com 379 creches prontas das 904 prometidas.

A demora para erguer creches é inversamente proporcional à agilidade no repasse de verbas. Dos R\$ 10,8 bilhões orçados, R\$ 8,5 bilhões já foram repassados para prefeituras - 78%.

As quatro creches mais caras do programa, que vão de R\$ 4,6 milhões a R\$ 6,2 milhões, ainda não saíram do papel. As duas primeiras ficam em São José dos Campos, no Vale do Paraíba - e já receberam R\$ 1,3 milhão e R\$ 1,2 milhão. As outras duas ficam em Santo André e Mauá, no ABC paulista, e custariam, respectivamente, R\$ 4,7 milhões e R\$ 4,5 milhões. Nenhuma teve as obras iniciadas.

De acordo com o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do MEC, apenas 23,2% das crianças de 0 a 3 anos frequentam creches. A meta do governo federal é atender até 2016 pelo menos 50%.

Necessidade. O problema da falta de vagas preocupa mães de todo o País. A frentista Taísa Calmon, de 18 anos, procura uma vaga para o filho Samuel, de 1 ano e 3 meses, desde maio. Ela torce para que a creche da Praça Pintor Auguste Pettit, em Realengo, zona norte do Rio, fique pronta. "A prefeitura diz que a fila é muito grande e não tem vaga. Estou pagando R\$ 300 para uma mulher ficar com ele enquanto trabalho. Mas, com o meu salário, fica puxado", conta a frentista.

Segundo dados do ministério, a unidade foi autorizada em 2011, no valor de quase R\$ 3 milhões. Na cidade do Rio, nenhuma das 31 creches está pronta e 11 ainda nem saíram do papel.

Em Guarulhos, na Grande São Paulo, três creches também não viraram realidade. Todas foram autorizadas em 2012, com custo que varia de R\$ 2,2 milhões a R\$ 3 milhões. Na Rua Diva, no Parque Santo Antonio, o terreno que previa a construção do equipamento já acumula mato

alto. Segundo o MEC, só 2% das obras avançaram. Enquanto isso, para trabalhar, o porteiro André de Carvalho, de 32 anos, depende da mãe, que vem de Mairiporã – a quase 25 km de distância –, para cuidar do filho dele, de 1 ano. “Não tenho condição de pagar R\$ 500 por uma creche. Faz tempo que estão prometendo, e nada”, disse.

Obras. Segundo o MEC, o governo criou o Proinfância “por considerar que a construção de creches e pré-escolas, bem como a aquisição de equipamentos para a rede física escolar desse nível educacional, são indispensáveis à melhoria da qualidade da educação”. Sobre o repasse adiantado de verbas, em comparação com a demora das obras, a pasta declarou que construção, contratação da construtora e gestão das obras são atribuições das prefeituras.

“A liberação dos recursos para o município é gradual, ou seja, à medida que a obra avança. Os recursos repassados cujos projetos não são executados devem ser devolvidos”, informou o MEC.

Prefeituras. A Secretaria Municipal da Educação do Rio informou que, de 31 creches que não saíram do papel na cidade, 19 já estão em processo de execução e as demais estão sendo negociadas com o governo federal. Em nota, a prefeitura de Guarulhos informou que recebeu apenas “parte” dos recursos e que a crise financeira do País trouxe “problemas”.

Sobre as obras atrasadas, a Secretaria Municipal da Educação de São José dos Campos informou, em nota, que “as duas unidades de educação infantil citadas estão em andamento pela prefeitura”.

A Secretaria de Obras Públicas de Mauá informou que o processo licitatório da obra da creche que ainda não saiu do papel foi lançado no dia 12 de agosto e a abertura dos envelopes, em 14 de setembro. “A licitação só foi iniciada mediante autorização do FNDE e os procedimentos estão dentro do prazo previsto, sem atrasos”, declarou. A prefeitura de Santo André declarou que ainda não recebeu as verbas do programa.

Constança Rezende. Colaborou Luiz Feranando Toledo

Acesse o PDF: [Dilma faz 33% das creches prometidas \(O Estado de S. Paulo, 12/12/2015\)](#)

[Creches para as calendas, editorial da Folha de S. Paulo](#)

(Folha de S. Paulo, 23/11/2015) Quando era candidato, Fernando Haddad (PT) prometeu entregar 243 novas creches à cidade de São Paulo. Como prefeito, conseguiu deixar prontas apenas 34. Atendeu até agora, portanto, meros 14% do seu compromisso com o eleitorado.

Há famílias que esperam até 840 dias -dois anos e quatro meses- para obter esse serviço essencial do poder público, como em Paraisópolis (zona sul da capital).

O efeito dessa omissão pode ser devastador para a economia doméstica. Mães e pais se veem

impedidos de permanecer no emprego, por falta de alternativa para cuidar dos filhos. Ou, então, comprometem uma parcela considerável de seus rendimentos contratando serviços precários de vizinhos.

Haddad não foi o único, não foi o primeiro e decerto não será o último político brasileiro a dizer uma coisa e fazer outra. Todos alegam depois, como faz agora o petista, que lhes faltam recursos para saldar a dívida assumida.

Sob esse verniz de argumento irrecorrível oculta-se arraigada irresponsabilidade administrativa. Com sua experiência como ministro da Educação da presidente Dilma Rousseff (PT), o prefeito tinha plena condição de desconfiar que tal meta se provaria irrealizável.

O alcaide contava com as verbas do Proinfância, programa lançado pelo governo federal em 2007 para ajudar prefeituras a construir 8.787 creches. Apenas cerca de 6.300 saíram do papel -o que não quer dizer que estejam construídas, pois várias se encontram em obras e, de acordo com uma auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União), até 25% delas estão paralisadas.

Os atrasos não surgiram de forma repentina após 2012, quando se realizavam as campanhas eleitorais nos municípios.

E, se as verbas federais minguaram de modo mais acelerado desde então, o que é um fato, isso decorreu da gestão destrambelhada e populista das contas públicas conduzida pelo governo que Fernando Haddad integrava e pelo partido no qual ainda hoje se abriga.

A prefeitura pondera que há 258.617 crianças matriculadas em creches próprias ou conveniadas e que, dessas, 56.595 foram incorporadas após a última eleição (acréscimo de 28%). Continuam na fila, porém, 151.755 desassistidos.

No ritmo observado nestes primeiros 34 meses do governo Haddad, seriam necessários outros 91 -sete anos e seis meses- para zerar o deficit. Se o prefeito prometer agora alcançar tal resultado até o fim do mandato, ou mesmo se jurar fazê-lo num eventual segundo termo, sobram razões aritméticas para duvidar de sua palavra.

Acesse o PDF: [Creches para as calendas, editorial da Folha de S. Paulo \(Folha de S. Paulo, 23/11/2015\)](#)

Pequim+20: Acesso a creche, divisão do trabalho doméstico e inserção das mulheres negras permanecem como desafios

(Géssica Brandino/Agência Patrícia Galvão, 18/11/2015) Vinte anos após a Conferência Mundial da Mulher em Pequim, garantir o compartilhamento das tarefas domésticas com os

homens permanece um desafio. A divisão sexual do trabalho afeta diretamente o acesso das mulheres ao mercado de trabalho e a outras oportunidades de desenvolvimento individual. Quando podem, elas delegam tarefas a outras mulheres, as trabalhadoras domésticas, que por sua vez também sofrem com a ausência de políticas públicas voltadas ao cuidado.



O painel “Divisão Sexual do Trabalho: Cuidado e políticas públicas” contou com a moderação da pesquisadora Albertina Costa, da Fundação Carlos Chagas (Fotos: Gêssica Brandino)

O debate sobre tais questões ocorreu no Painel Pequim+20: Promover o acesso das mulheres a empregos de qualidade em contexto de crise econômica, promovido pelo Instituto Patrícia Galvão, ONU Mulheres e Fundação Ford. Realizado no dia 22 de outubro, o evento reuniu especialistas de diferentes estados.

Leia mais: [Creches para as calendas, editorial da Folha de S. Paulo \(Folha de S. Paulo, 23/11/2015\)](#)

Acesso a creche

A secretária de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Tatau Godinho, destaca que são as mulheres as principais interlocutoras em atividades vinculadas a políticas públicas e que a política de creche e educação infantil, de responsabilidade dos municípios, é o principal gargalo vinculado à questão da divisão sexual do trabalho e às possibilidades de emprego para as mulheres. “Se as mulheres têm filhos em creche, elas estão no mercado de trabalho. Se não há políticas de cuidado, o acesso das mulheres ao trabalho se inviabiliza.”



Tatau Godinho: “acesso à creche é o principal gargalo vinculado à questão da divisão sexual do trabalho e as possibilidades de emprego para as mulheres”.

De acordo a Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2002 a 2012 o percentual de crianças de até três anos de idade atendidas em creche passou de 11,7% para 21,2%. O acesso à política também é desigual. Em 2012, 63% das crianças entre 2 e 3 anos da população mais rica do país frequentava creche, enquanto o acesso da parcela mais pobre era de 21,9%.

“Estamos falando das crianças negras, são elas que menos têm acesso à creche. Os cortes renda, classe e raça/etnia são extremamente fortes, portanto as políticas que vão nesse viés melhoram a qualidade das mulheres e crianças pobres”, reforça Tatau.

Divisão sexual do trabalho

A secretária Tatau Godinho falou ainda da dificuldade em manter a jornada integral das creches, uma vez que isso requer dar conta de direitos e deveres concorrentes, das mulheres e dos profissionais que atuam nos serviços. “Quando falamos em repensar as políticas públicas, temos que considerar que o tempo do cuidado exige horários fixos. A criança tem horários certos para ir e voltar para a escola e também o idoso para tomar o remédio. É incompatível uma sociedade com jornadas de trabalho fixas em um mundo público e com as necessidades que temos no privado.”



Alexandre Fraga: “o desafio de incluir os

homens nos trabalhos domésticos passa por uma discussão de gênero que vem desde a educação básica”.

O sociólogo e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Alexandre Fraga, aponta que as mulheres continuam com o peso da dupla jornada de trabalho. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2013, 88% das brasileiras acumulam tarefas domésticas e trabalho remunerado. Entre os homens, esse número cai quase pela metade (46%).

“É clara a lentidão na participação dos homens no trabalho doméstico. É nesse espaço em que há uma maior resistência à igualdade de gênero. A relutância dos homens em participar dos afazeres resulta em obstáculos maiores vivenciados pelas mulheres na forma de carreiras descontínuas, salários mais baixos e jornada parcial”, aponta Alexandre.

O especialista explica que, entre os homens que dividem o trabalho doméstico, a presença é marcante em atividades de mediação da família com a esfera pública, como levar para a escola, fazer compras e brincar com os filhos, e é muito pequena ou insignificante em atividades que implicam um trabalho rotineiro, manual e solitário, como lavar a louça e a roupa, o que evidencia a existência da divisão sexual do trabalho doméstico. Mudar esse cenário depende da formação desde a infância.

“O desafio de incluir os homens nos trabalhos domésticos passa por uma discussão de gênero que vem desde a educação básica, mas há um ataque de diversos setores ao ensino de gênero nas escolas. Temos que ficar de olho e não permitir que esses setores consigam tirar a discussão da educação básica.”

Tatau afirma que o governo federal planeja realizar até 2015 uma pesquisa nacional sobre o uso do tempo para “fazer com que a sociedade absorva que o trabalho reprodutivo e cotidiano tem que ser uma tarefa da sociedade como um todo”.

Realidade das trabalhadoras domésticas

Ao invés da divisão do trabalho dentro de casa, famílias com maior renda optam por terceirizar o trabalho doméstico para outra mulher. De acordo com a última Pesquisa de Orçamento Familiar, de 2008/2009, cerca de 10 milhões das famílias brasileiras tinham gastos com serviços domésticos, o que equivale a 17,5%. Alexandre Fraga chama atenção para o fato de 94% dos trabalhadores domésticos do país serem mulheres de baixa renda, a maioria negra. “A cada quatro mulheres negras ou pardas ocupadas, uma era doméstica em 2009”, frisa.

Em 2013, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou uma pesquisa sobre a realidade do trabalho doméstico em 117 países. Segundo o estudo, há no mundo 52,6 milhões de trabalhadores domésticos, 3,5 da população mundial ocupada, o que equivale dizer que 1 em cada 13 trabalhadoras assalariadas no mundo é empregada doméstica.

Diante de tal cenário, Alexandre coloca a formalização como desafio, uma vez que apenas 10% de todos os trabalhadores domésticos estão cobertas por legislação trabalhista, 40% não têm garantido o direito a licença maternidade e 30% estão em uma situação de trabalho totalmente informal, sem a garantia de qualquer direito. Essa realidade também está presente no país, aponta o especialista.

“Com apenas 30% das trabalhadoras domésticas do país com carteira assinada, a maioria permanece sem direitos. O desafio é como levar as mulheres ao pólo mais valorizado e bem remunerado, sem criar um pólo precário. No caso das diaristas, que estão em ascensão, elas são autônomas e não pagam a previdência, e é preciso uma estratégia ou teremos uma grande quantidade de mulheres sem direitos na velhice.”



Cida Bento: “quando estamos na universidade, no poder público ou nas empresas e viramos para os lados, e só vemos pessoas brancas, precisamos falar sobre isso”.

Participação das mulheres negras

Outro ponto levantado no debate foi o papel das empresas na garantia de políticas de igualdade de gênero e na participação das mulheres negras nas esferas decisivas. A diretora executiva do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), Cida Bento, defende que as empresas multinacionais sejam questionadas a partir do código de conduta sobre programas voltados para a igualdade de gênero que realizam em outros países, mas não são desenvolvidos no Brasil.

Cida aponta a necessidade de participação das mulheres nos programas, garantindo o recorte racial, uma vez que a definição de prioridades entre brancas e negras é diferente. “Por mais sensíveis que sejam os homens, os programas de gênero têm que ter mulheres. E por mais sensíveis que sejam as brancas, é preciso que haja mulheres negras para definir prioridades. Quando estamos na universidade, no poder público ou nas empresas e viramos para os lados e só vemos pessoas brancas, precisamos falar sobre isso.”

A especialista avalia que a dificuldade que as mulheres negras enfrentam no mercado de trabalho está relacionada à ausência delas nos lugares de poder e também na academia. “No desenvolvimento de um projeto o recorte de raça por vezes não entra, porque a mulher negra não está lá. Provoco nós, mulheres negras, a pensar por que não estamos conseguindo fazer uma agenda contundente e nós, mulheres brancas, para saber por que a gente silencia.”

Com obras paradas, terrenos de creches viram campos de várzea

(O Globo, 14/06/2015) *No balanço do governo federal, essas unidades constam como em obra*

Creches do programa Proinfância que constam no Ministério da Educação como em construção estão com obras paradas há pelo menos seis meses. São 350 unidades que tiveram a instalação interrompida pela construtora MVC, que alega atraso nos repasses de verbas federais. A falta de regularidade nos pagamentos começou no último trimestre do ano passado. As creches, distribuídas em nove estados, deveriam ter sido entregues no ano passado, mas a meta está longe de ser cumprida.

Leia mais: [Disponibilidade de creches em Paris facilita o trabalho das mulheres, diz primeira prefeita da cidade \(InfoMoney, 11/06/2015\)](#)

Entre os estados mais prejudicados estão Rio, Piauí e Rio Grande do Sul. No país, estavam previstas 6.036 unidades até 2014, das quais cerca de um terço foi entregue. O Proinfância faz parte do PAC 2 e foi uma das promessas da presidente Dilma Rousseff ainda no primeiro governo.

NA BAIXADA, MÃES NÃO TÊM ONDE DEIXAR OS FILHOS

O drama de mães da Baixada Fluminense que não têm com quem deixar seus filhos para trabalhar por falta de creches públicas está longe do fim. É o caso da auxiliar de serviços administrativos Renata de Paula, de 25 anos, que sai de casa às 4h, em Belford Roxo, para trabalhar em Botafogo, na Zona Sul do Rio, e deixa o filho, de 1 ano, com uma vizinha. O que poderia ser uma solução para Renata não saiu do papel. A poucos metros de sua casa, no bairro Itaipu, um terreno aguarda por uma unidade do Proinfância.

Das 17 creches previstas pelo Proinfância em Belford Roxo, seis permanecem no cadastro do PAC 2 como em ação preparatória — ainda não licitadas. As outras 11 unidades constam como em obras. No entanto, só há terrenos abandonados. Nos bairros de Nova Aurora e Babi, a terraplanagem foi concluída. Já no Parque Amorim, as fundações começaram a ser feitas. Mas o trabalho parou por aí.

O mesmo acontece no município vizinho de Nova Iguaçu, onde estão previstas 21 creches. Apesar de o governo apontar 19 unidades em obras, o que existe são terrenos baldios. No bairro da Luz, uma placa do Proinfância anuncia a construção do prédio. Mas na área, cortada por esgoto a céu aberto, só há mato.

No Rio Grande do Sul, desde a metade de 2013 Porto Alegre espera a conclusão de 18 creches para duas mil crianças. Dois anos depois do anúncio dos projetos, apenas duas unidades estão em construção com previsão de término em setembro. Uma terceira unidade teve o contrato assinado, mas depende de uma ordem de início para sair do papel. Segundo a secretaria de Educação de Porto Alegre, não há previsão para a assinatura dos contratos entre o município e a empresa vencedora da licitação para as outras 16 unidades.

Apesar da lentidão no cumprimento da meta de 6.036 creches, o governo já trabalha com uma previsão 7,9 mil unidades. Prédios que constam em obras ou em ação preparatória somam 5.084 unidades. Em nota, o MEC reafirmou o cumprimento da meta: “O ajuste fiscal apresentado pelo governo federal preserva os programas e ações estruturantes e essenciais do Ministério da Educação e mantém os gastos do ministério acima do mínimo constitucional. Para se adequar ao ajuste, o MEC vai priorizar atividades como a construção de creches.”

Marcelo Remigio e Flávio Ilha

Acesse o PDF: [Com obras paradas, terrenos de creches viram campos de várzea \(O Globo, 14/06/2015\)](#)

Prefeitura de SP deve entregar apenas 147 creches das 243 unidades previstas

(Folha de S. Paulo, 20/05/2015) Prefeitura culpa falta de dinheiro e diz que, das 243 unidades previstas, só conseguirá entregar 147

Secretário afirma que tentará compensar falta de obras públicas por meio de convênios com entidades privadas

A gestão Fernando Haddad (PT) já admite que não conseguirá cumprir a meta de construção de 243 creches na cidade de São Paulo até 2016, no final do atual mandato.

Leia mais: [SP cobra verba para terrenos de creches \(O Estado de S. Paulo, 20/05/2015\)](#)

Contabilização interna da própria prefeitura prevê que esse número será 40% menor – e deverá se limitar a 147.

A administração petista alega falta de dinheiro para viabilizar a promessa. Ela afirma, agora, que tentará compensar a menor quantidade de obras públicas por meio de ampliação de parcerias com entidades privadas.

A expansão da rede de creches foi, na disputa eleitoral, uma das principais bandeiras de Haddad, que ganhou notoriedade nacional à frente do Ministério de Educação.

A promessa de construir 243 creches consta do plano de metas da gestão petista.

A Secretaria da Educação, porém, diz que só tem dinheiro para construir 100 creches, além das 47 já entregues ou em fase final de conclusão.

A estimativa foi dada à Câmara no fim de abril e em nota à Folha nesta semana.

FILA

O secretário Gabriel Chalita, que assumiu a pasta da Educação neste ano, diz que aposta numa expansão de convênios privados para tentar compensar a entrega de menos creches públicas.

Nesse modelo, a prefeitura paga por criança atendida. Educadores da rede afirmam que há menos garantia de qualidade nesse formato.

“Mais importante que construir, ainda que estejamos construindo muito, é não deixar crianças fora da escola”, disse Chalita à Folha.

No último balanço oficial, havia 106 mil crianças na fila por creches na capital paulista. Para zerá-la só com unidades municipais, seria preciso em torno de 500 creches.

Com as cem novas que a gestão Haddad diz poder construir, será possível atender cerca de 20 mil crianças.

A intenção da prefeitura é que as demais sejam matriculadas na rede conveniada.

Ao assumir a pasta, Chalita citou a possibilidade de negociar com empresas para que elas pudessem construir creches e doá-las à cidade.

As negociações, porém, estão lentas. No evento de apresentação do projeto, empresários se mostraram reticentes por não haver garantia de retorno às instituições –como abatimento de tributos.

O vereador Reis (PT), presidente da comissão de Educação da Câmara, diz que a expectativa é ter ao menos 20 creches em parceria com uma rede de supermercados.

A prefeitura enfrenta dificuldades orçamentárias, devido à queda na arrecadação, fruto do desaquecimento econômico do país. Diz que também não conseguiu contar com verba federal e estadual esperada para as creches.

A legislação impõe que atender alunos do ensino infantil (creche e pré-escola) é responsabilidade das prefeituras. Estados e a União podem apoiar os projetos.

ESTRUTURA

A ampliação da rede por convênios já foi usada pelas gestões Marta Suplicy (então no PT), José Serra (PSDB) e Gilberto Kassab (PSD).

De um lado, entidades privadas têm mais agilidade para encontrar espaços e contratar pessoal. De outro, muitas têm qualidade questionada.

O Sinesp (sindicato dos diretores da rede municipal) afirma que “muitas não têm estrutura e formação adequada dos educadores”.

Em 2009, fiscalização do Tribunal de Contas do Município apontou que a rede conveniada tinha qualidade inferior à da rede direta.

Hoje, a cidade conta com 1.000 creches conveniadas e 360 unidades diretas.

Cátia Seabra e Fábio Takahashi

Acesse o PDF: [Prefeitura de SP deve entregar apenas 147 creches das 243 unidades previstas \(Folha de S. Paulo, 20/05/2015\)](#)

USP, creches e machismo, por Virgílio Afonso da Silva

(Folha de S. Paulo, 27/04/2015) Nos editais de seleção de professores na Universidade de Oxford, no Reino Unido, um dos argumentos para atrair bons candidatos são as creches mantidas pela instituição.

O mesmo ocorre nas melhores universidades de diversos países, que acreditam ser seu dever oferecer esse tipo de serviço, a partir da premissa de que a excelência do ensino e da pesquisa é também resultado de uma política social robusta.

Já a USP tem sido notícia na imprensa pelo motivo oposto, por cancelar todas as 141 novas matrículas deste ano em suas creches. A razão alegada foi a falta de pessoal, devido à adesão de alguns funcionários ao programa de demissão voluntária. Essa notícia poderia ser apenas mais uma dentre as várias sobre a crise financeira da USP. Mas não é.

As diretoras das cinco creches da USP afirmaram que, apesar das demissões, seria possível receber novas crianças. Ainda assim, a USP manteve o cancelamento. Diante disso, a questão tem de ser vista a partir de outra perspectiva.

O que está por trás da decisão não parece ser uma questão conjuntural, limitada ao ano de 2015, mas algo mais grave. Bastam dois ou três anos sem novas matrículas para que creches fiquem vazias e possam ser fechadas definitivamente.

O reitor, Marco Antonio Zago, vem afirmando que a USP tem de se preocupar com suas atividades-fim e se desonerar de atividades-meio. Assim, tudo o que aparentemente não se relaciona a ensino, pesquisa e extensão (atividades-fim da USP) estaria sujeito a cortes.

Segundo essa visão, oferecer creches (ou alimentação, moradia, esportes e cultura) não seria tarefa da universidade, mas um ranço assistencialista a ser eliminado.

Essa posição, além de não ser prática das melhores universidades do mundo, tem um lado perverso: ela atinge de forma mais intensa os economicamente menos privilegiados e, no caso das creches, as mulheres (que, no Brasil, ainda assumem quase sempre sozinhas a tarefa de cuidar dos filhos).

Diante do atual deficit de centenas de milhares de vagas em creches em São Paulo, a mensagem que a USP transmite para a sociedade, que a sustenta com tributos que oneram muito mais os pobres do que os ricos, é nefasta: a USP é um lugar para quem tem dinheiro, de preferência homens (sobretudo aqueles que pensam que cuidar de filhos é “coisa de mulher”).

Não é de se estranhar que os responsáveis pela decisão sejam todos homens, enquanto as

diretoras das creches, mulheres, insistem ser possível receber novas crianças, que seriam acolhidas em creches que são referência nacional e que, apenas nos últimos cinco anos, foram objeto de estudo de mais de cem trabalhos acadêmicos (sobretudo de pesquisadores da própria USP).

Mais de 6.000 visitas monitoradas foram feitas às creches por pessoas e instituições interessadas em conhecer seu excepcional trabalho. A reitoria da USP, contudo, parece não dar o devido valor a esses dados. Talvez porque eles não sejam mensuráveis em dinheiro.

Não é possível analisar, neste momento, quantas pesquisas, especialmente aquelas conduzidas por mulheres, serão prejudicadas, ou talvez inviabilizadas, com o fechamento das creches.

Supor que fechá-las não atinge as atividades-fim da USP é, em uma perspectiva bondosa, muita ingenuidade. Em uma perspectiva realista, parece possível afirmar que se trata de uma atitude machista e socialmente preconceituosa.

Quero crer que o reitor não tenha percebido a extensão das consequências que a divisão simplista (e equivocada) entre atividades-fim e atividades-meio pode ter, sobretudo nos socialmente menos privilegiados e nas mulheres.

Quero crer que ele tenha sido apenas mal assessorado. No entanto, caso decida fechar creches e lentamente asfixiar as políticas sociais da universidade, a única conclusão a que se poderá chegar é que sua gestão será a mais machista e elitista da história recente da USP.

Virgílio Afonso da Silva, 41, é professor titular da Faculdade de Direito da USP

Acesse o PDF: [USP, creches e machismo, por Virgílio Afonso da Silva \(Folha de S. Paulo, 27/04/2015\)](#)

[Alunas da USP levam filhos para sala de aula por falta de vaga em creche](#)

(UOL, 27/02/2015) Brinquedos, comidinhas, fraldas e mamadeiras se tornaram itens para as aulas das alunas — e mães de filhos pequenos — da USP (Universidade de São Paulo) nesse começo de semestre. Por falta de vagas na creche da instituição, elas estão improvisando e combinando professor a professor a autorização para que os bebês as acompanhem nas disciplinas.

Nesta semana, a estudante de física Ione Messias, 28, e a aluna de filosofia Daniele Santana, 27, levaram os filhos de sete meses e de dois anos para uma aula na Faculdade de Educação, na Cidade Universitária, que fica na zona oeste de São Paulo.

Como seria a primeira aula do semestre, a dupla, que se conheceu na organização dos pais que defendem a abertura de novas vagas, pediu autorização à professora e aos colegas para que pudessem permanecer na sala com os filhos. Todos consentiram.

Dá para prestar atenção na aula?

“Foi super cansativo mas pelo menos houve compreensão dos alunos e da professora”, comentou Ione sobre a experiência na Faculdade de Educação na terça-feira (24).

Já em outra aula, a que ela assistiu no IME (Instituto de Matemática e Estatística), a situação foi um pouca mais complicada: “Prestar atenção, cuidar do bebê que saiu cedo da cama, anotar as aulas com uma criança no colo? Socorro! A saída foi fotografar as lousas enormes!”, disse Ione Messias.

Para Daniele Santana, a situação parece inviável. “Consegui interagir um pouquinho, mas perdi as discussões, não ouvi meus colegas. A aula durou metade do período e devo ter saído umas 5 vezes”, conta a mãe de Chico, de 2 anos. “Foi mais tempo fora que dentro [da sala].”

A doutoranda em comunicação Alice Zózima, 40, está no mesmo barco — mas ainda não sabe se conseguirá levar a pequena Aryauna, de 1 ano e 1 mês, para as aulas. Por enquanto, o plano é revezar com o marido, Eric Paris, 43.

Ela, como Ione e Daniele, contava com a vaga na creche da USP para ter condições de estudar: Sem bolsa de estudos e com a exigência da pós-graduação, ela e o marido se dedicam exclusivamente à pesquisa e não têm como pagar uma escolinha para a filha. “Não temos família em São Paulo [para ajudar a cuidar da filha]”, disse.

A reportagem do UOL questionou a USP sobre a situação das alunas na terça (24). Por meio de sua assessoria de imprensa, comunicou que não irá se pronunciar a respeito.

Na quarta-feira (25), houve um protesto na reitoria — mães e crianças fizeram um “crechaço” com ocupação da entrada do prédio da Reitoria da USP. Segundo os manifestantes, uma reunião ficou marcada para a segunda-feira. A reportagem ainda não conseguiu confirmar a reunião com a USP.

Karina Yamamoto

Acesse no site de origem: [Alunas da USP levam filhos para sala de aula por falta de vaga em creche \(UOL, 27/02/2015\)](#)

[Mais de 20 mil crianças sem creche no DF, enquanto terceirizados fazem protesto](#)

(Correio Braziliense, 25/02/2015) *Promessa de construção de locais para mães deixarem crianças enquanto trabalham estão no papel. Crise também atinge prestadores de serviços para o GDF, como merendeiras, recepcionistas e serviços gerais*

Mães de pelo menos 24 mil crianças estão sem lugar para deixá-las. Das creches prometidas pelo GDF, 12 ficaram prontas, mas as construtoras não liberaram o uso do espaço por falta de

pagamento. Dessa forma, das 6,7 mil novas inscrições para 2015, o governo teve condições de receber 2,5 mil — no total, são 50 mil vagas, em 87 creches. A previsão da Secretaria de Educação é inaugurar nove creches até março, o que permitiria mais mil alunos. Vinte e cinco obras seguem em andamento. “É claro que a quantidade de vagas oferecidas é aquém da demanda do DF, mas, por enquanto, essa é a nossa realidade. Como as creches não dependem de um calendário letivo rígido, à medida que elas forem inauguradas, as vagas serão preenchidas”, detalha o secretário de Educação, Júlio Gregório.

Sem creche, a rotina da manicure Leiry Paula de Jesus, 30 anos, ficou complicada. Ela mora em Santo Antônio do Descoberto (GO) e trabalha em Águas Claras. A mãe e a irmã ajudam a cuidar dos dois filhos dela. “Fico pensando em como será o dia em que elas não puderem me auxiliar.”

Na casa da cabeleireira Nadia Maria Campelo, 26 anos, o orçamento apertou diante da falta de um lugar para deixar as crianças, de 4 e 10 anos. Ela gasta pelo menos R\$ 500 com uma cuidadora. “Além de pagar a pessoa, tenho custos com alimentação e outras despesas”, lamenta a moradora do Recanto das Emas.

As creches embargadas ficam na Asa Sul, em Santa Maria, no Areal, em Águas Claras, em Sobradinho, em Samambaia e em Ceilândia. As empreiteiras dizem que só vão liberar os espaços após o pagamento das obras. O Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-DF) ressaltava as dificuldades das empresas. “São firmas pequenas, que não têm recursos para arcar com os custos. Desde dezembro, elas não recebem, por isso, algumas obras estão paradas, e as que estão prontas não foram entregues”, explica o presidente do Sinduscon, Luiz Carlos Botelho.

Terceirizados

Por falta de pagamento dos salários e dos benefícios, prestadores de serviço do GDF se reuniram ontem, às 10h, em frente ao Teatro Nacional. Foram convocadas cerca de 3 mil pessoas, entre merendeiras, recepcionistas e serviços gerais. Compareceram 400. O dinheiro dos atrasados sai dos cofres públicos e é repassado aos terceirizados pelas empresas contratadas pelo governo local, que alega ter pago todas as contas referentes a 2015. “Não existem débitos fora do prazo. O governo desconhece toda e qualquer dívida com as classes” informou a Secretaria de Relações Institucionais, por meio da assessoria de Comunicação.

Entre as empresas acusadas pelos trabalhadores de atrasar os pagamentos, estão a Servegel e a G&E Eventos. A primeira disse que o pagamento está em dia, e que o vale-refeição e o vale-transporte, ainda atrasados, serão quitados. O diretor-geral da G&E, Guilherme Leite, confirmou o débito referentes às férias e aos salários de janeiro, mas culpou o GDF: “Estão nos devendo três meses de faturas. Tivemos de recorrer a empréstimos”.

Acesse no site de origem: [Mais de 20 mil crianças sem creche no DF, enquanto terceirizados fazem protesto \(Correio Braziliense, 25/02/2015\)](#)

USP suspende novas vagas em creche

(O Estado de S. Paulo, 12/02/2015) Abertura de matrículas foi cancelada no fim de janeiro, após adesão acima do previsto de funcionários das creches ao PDV

A Universidade de São Paulo (USP) suspendeu o ingresso de novas crianças em suas creches. A abertura de matrículas foi cancelada no fim de janeiro, após adesão acima do previsto de funcionários das creches ao plano de demissão voluntária (PDV) da instituição. As unidades atendem filhos de professores, funcionários e alunos.

Segundo levantamento do Sindicato de Trabalhadores da USP, entre 120 e 150 vagas foram suspensas. Aqueles que já estavam matriculados em 2014, no entanto, tiveram a permanência garantida. São cinco creches: três na capital, uma em São Carlos e outra em Ribeirão Preto, que atendem 580 crianças. A assessoria de imprensa da universidade não se manifestou sobre a medida.

No total, 1.382 servidores da universidade aderiram ao PDV, principal aposta da reitoria contra a crise financeira. Não há balanço de quantos funcionários de creches estão nesse grupo nem previsão de ampliar o funcionamento das unidades nos próximos meses. Haverá remanejamento de servidores entre órgãos somente após abril, quando se encerram as demissões voluntárias.

Segundo comunicado aos pais feito pela Superintendência de Assistência Social da USP, responsável pelo serviço, as creches já trabalham acima da capacidade. Isso ocorre porque contratações estão suspensas na instituição há um ano, também por causa da crise financeira.

As vagas para as creches são distribuídas de acordo com avaliação socioeconômica das famílias. A proporção de atendimento é de aproximadamente 40% para filhos de funcionários, 40% para filhos de estudantes e 20% para filhos de docentes. Cerca de 2,8 mil servidores da USP não matriculam seus filhos nessas unidades, mas recebem auxílio-creche em dinheiro.

Transtorno. O anúncio da suspensão de matrículas surpreendeu Vivian Castro, funcionária da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFLCH). Ela esperava colocar o filho Jorge Henrique, de dois anos, em uma das creches no câmpus Butantã, na zona oeste da capital.

“Agora tenho que levar meu filho todos os dias para a casa da minha mãe, em Cotia (na Grande São Paulo). É um desgaste grande”, conta ela, de 33 anos. Como nessa época do ano boa parte das creches já estão com matrículas encerradas, a dificuldade aumenta. “Também existe a questão financeira, que pesa muito”, diz.

Magno de Carvalho, presidente do Sintusp, teme que a saída de funcionários com o PDV prejudique o funcionamento de outros órgãos. “É um desmonte da universidade”, critica.

Victor Vieira

Acesse o PDF: [USP suspende novas vagas em creche \(O Estado de S. Paulo, 12/02/2015\)](#)

Seis em cada dez crianças estão sem creche no DF

(Jornal de Brasília, 05/02/2015) Unidades atendem a demanda de 10,5 mil alunos, mas há mais de 27 mil candidatos

Por falta de vagas, pelo menos 16,4 mil crianças devem ficar fora das creches públicas do Distrito Federal neste ano. De acordo com a Secretaria de Educação, as atuais 94 unidades atendem a demanda de 10,5 mil alunos. Porém, a lista de espera, até o último dia 19, já era de 27,6 mil crianças de zero a cinco anos. Ou seja, 62% devem ficar de fora. A situação causa revolta em mães que não têm com quem deixar os filhos para poder trabalhar.

“No ano passado, tentei por duas vezes uma vaga para os dois pequenos. Não consegui para nenhum. Por conta disso, continuo parada em casa. Até tento um bico ou outro, mas queria um trabalho fixo, que fica impossível de assumir com os dois em casa. Toda vez que vou, dizem para eu ligar para o 156, ir na Regional do Guará e aguardar. Mas nada acontece”, conta Sebastiana Felipe de Sousa, de 38 anos.

Moradora da Estrutural, ela reclama que uma das justificativas para a ausência de vagas é a idade dos filhos, menores de três anos. “Eles dizem que perto de casa não tem creche para crianças com menos de três anos. Isso é revoltante, porque o que diziam nas propagandas e tudo mais é que tem. Só não vejo onde tem aqui perto. Eu e mais um monte de mães”, desabafa.

Sem saída

E a afirmação, de fato, pode ser confirmada em uma rápida passagem pela Estrutural, uma das regiões do DF que não possuem centros de Educação da Primeira Infância (Cepis). No local, há apenas creches conveniadas. Na Chácara Santa Luzia, a maior parte das mães assegura que não consegue vaga. Diante da realidade, o jeito é ficar em casa com os pequenos.

Este é o caso de Luzileide Nunes Xavier, de 32 anos. Com três filhos, ela não consegue uma creche para o menor, de dez meses. “Fui à Regional do Guará, e me disseram que ele vai ficar na fila de espera, porque não tem vaga. Aí, assim, vou esperar, né? Mas, acho difícil conseguir com essa coisa de fila de espera. Eles mesmos nem dão muita esperança. Para o de cinco anos, demorei dois anos até conseguir”, relata.

Agora, a ideia de oferecer serviços domésticos vai ter de esperar, conta a dona de casa. “Meu plano era começar a trabalhar agora. Mas pelo jeito vou ter que deixar para depois. É complicado, porque a gente não pode levar a criança para o trabalho”, salienta.

Governo prevê atender mais 2,5 mil

Segundo a Secretaria de Educação, a previsão para este ano é atender mais 2,5 mil crianças. Está dentro do programa do Governo do Distrito Federal a ampliação do atendimento da Educação Infantil. Para isso, informou o órgão, 112 centros de Atendimento da Primeira

Infância (Cepis) estão em andamento, no padrão Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Atualmente, 35 estão em obras - 12 prontos e sem mobílias -, e mais 51 em processo de licitação.

Enquanto outras unidades não ficam prontas para atender a demanda, outra opção que resta às famílias é pagar por uma creche privada. Pelo menos foi isso que fez a costureira Ildene Rosa de Jesus, de 50 anos. Para não deixar a neta Ana Luísa, de dois anos, fora da escolinha, ela e a filha pagam R\$ 200 mensais em um maternal próximo de casa.

“Nós pesquisamos uma escola do GDF, mas ia ser muito demorado o processo. Aí, preferimos não sofrer muito e pagar logo. É claro que esse dinheiro faz falta, porque R\$ 200 para uma família pobre é um valor que dá para comprar leite, comida, fralda, tudo o que Ana Luísa ainda precisa. Mas a mãe dela precisa trabalhar e eu também. Então, essa foi a solução”, explica a costureira.

Carla Rodrigues

Acesse no site de origem: [Seis em cada dez crianças estão sem creche no DF \(Jornal de Brasília, 05/02/2015\)](#)